

Thiago Borges de Aguiar

O ANTIMEDIEVALISMO NO BRASIL

RESUMO:

No contexto da observação de fenômenos ou movimentos culturais que se constituem em oposição a um Outro, procuramos, neste texto, construir uma análise sobre a ocorrência do antimiedievalismo no Brasil. Como fenômeno importado das camadas intelectuais da Europa e espalhado pela escola e pela mídia, o antimiedievalismo se constitui como um conjunto de narrativas nas quais a Idade Média é vista como uma realidade histórica de um período de trevas, violência, ignorância e domínio da Igreja Católica. Mesmo com o desenvolvimento de pesquisas históricas (aqui ou no exterior) que mostram, se não o oposto a esta visão, pelo menos os diferentes matizes que envolvem a compreensão de dez séculos da história da humanidade, ainda há forte presença do antimiedievalismo no Brasil. Para explorar alguns modos de inserção cultural e circulação de discursos antimiedievalistas no Brasil, trazemos neste texto exemplos desse fenômeno de difusão de uma interpretação histórica eurocêntrica e iluminista em textos didáticos, letras de música e artigos de jornal.

Palavras-chave: Idade Média; culturas em negativo; historiografia.

* Doutor em Educação na
área de História da Educação
e Historiografia.
E-mail: tbaguiar@unimep.br

ANTIMEDIEVALISM IN BRAZIL

ABSTRACT:

In the context of observation of phenomena or cultural movements which are constituted in opposition to an Other, we search, in this text, to build an analysis about the occurrence of antimedievalism in Brazil. As an imported phenomenon from the European intellectuals spread by the schools and media, antimedievalism is constituted as a group of narratives in which the Middle Ages are seen as a historical reality of a period of darkness, violence, ignorance and dominion of the Catholic church. Even with the development of historical researches (here and abroad), which show, if not the opposite to this vision, at least the different hues which involve the comprehension of ten centuries of history of humanity, there is still a strong presence of antimedievalism in Brazil. In order to explore some ways of cultural insertion and circulation of antimedievalist discourses in Brazil, we bring in this text examples of this phenomenon of diffusion of a historical, eurocentric and illuminist interpretation in textbooks, lyrics and newspaper articles.

Keywords: Middle Ages; cultures in negative; historiography.

EL ANTIMEDIEVALISMO EN BRASIL

RESUMEN:

En el contexto de la observación de fenómenos o movimientos culturales que están en oposición a Otro, buscamos, en este texto, construir un análisis sobre la ocurrencia del antimedievalismo en Brasil. Como fenómeno importado de capas intelectuales de Europa y esparcido por la escuela y los medios de comunicación, el antimedievalismo es como un conjunto de narrativas en las que la Edad Media es vista como una realidad histórica de un período de oscuridad, violencia, ignorancia y dominación de la Iglesia Católica. Incluso con el desarrollo de las investigaciones históricas (aquí o en el extranjero) que muestran, si no lo opuesto a esta visión, por lo menos los tonos diferentes que implican comprensión de diez siglos en la historia de la humanidad, aún hay una fuerte presencia del antimedievalismo en Brasil. Para explorar algunas formas de inserción cultural y circulación de discursos antimedievalistas en Brasil, traemos en este texto ejemplos de este fenómeno de difusión de una interpretación histórica eurocéntrica e iluminista en los libros de texto, letras de música y artículos periodísticos.

Palabras clave: Edad Media, culturas en negativo; historiografía.

PARA QUE OCORRA um fenômeno como o antimedievalismo, é necessário que primeiro exista uma Idade Média, de modo que possamos construir uma oposição à sua existência. É preciso que saibamos da existência de um período medieval para que possamos nos dizer contrários a ele. Estamos hoje muito acostumados ao conceito de Idade Média e, apesar desse conceito estar sujeito a diversas revisões e discussões historiográficas, continuamos a utilizá-lo no senso comum, em nossas produções culturais, nas escolas e nas universidades. Ela é uma categoria histórica tão fortemente enraizada em nossa cultura que temos dificuldade em separar o período que denominamos tradicionalmente de *Medievo* da ideia de Idade Média. Acontece que nós inventamos uma categoria histórica de frágil unidade teórica, projetamos essa categoria para o passado (com os olhos do presente) e passamos a considerar que existiu, efetivamente, uma Idade Média.

Essa consideração é fundamental para conseguirmos colocar em um limite cronológico e semântico o início e o desenvolvimento do antimedievalismo. Não existiu antimedievalismo durante a Idade Média, pelo fato de que não existiu “Idade Média” durante a Idade Média. Só há antimedievalismo a partir do momento em que se começa a conceber o conceito de Idade Média.

Isso ocorre entre os humanistas do Renascimento italiano no século XV, que começam a utilizar expressões referentes aos séculos anteriores com a ideia de tempo “médio”, intermediário entre a Antiguidade Clássica e o tempo de renascimento que eles viviam. Mas a consolidação do termo Idade Média ocorre quando Christoph Keller (Cellarius), erudito alemão do século XVII, consolida a divisão da história em antiga, medieval e moderna e passa a tratar o segundo período como uma pausa na história, na qual declínio, barbárie, ignorância e intolerância foi tudo o que ocorreria naquela época (BARRACLOUGH, 1964, p. 75-76).

Só há, contudo, um antimedievalismo se há uma perspectiva de passado medievalista. Não faz sentido pensar em uma crítica ao *medievo* e às suas características se não houver um reconhecimento do *Medievo* como tempo histórico. Nesse sentido, é necessário, em um primeiro momento, restringir geograficamente

o antimedievalismo à Europa. Isso porque referir-se ao passado chinês, hindu ou ameríndio com o termo “Idade Média” consiste numa interpretação excessivamente eurocêntrica da histórica, como se a história da Europa fosse a base para a história do mundo. Dizer, por exemplo, de um antimedievalismo dos colonizados da América em relação aos povos que aqui habitavam antes das Grandes Navegações não faz sentido.

Outro aspecto importante é que o antimedievalismo na Europa se desenvolve, inicialmente, nos círculos intelectuais. Um italiano do século XV que não fosse um intelectual, mesmo se olhasse para seus antepassados e os considerasse ultrapassados, místicos, ou qualquer outra crítica que pudesse levantar, este olhar só se configuraria em um antimedievalismo se ele olhasse para o passado com a categoria unificadora de Idade Média. O que estava longe de ser algo presente no senso comum.

Nesse sentido, o antimedievalismo é um fenômeno tipicamente intelectual, escolarizado, que precisa da cultura letrada para ser transmitido até ganhar força suficientemente grande para se fixar no senso comum. Ainda assim, ele se fixa por meio da circulação de uma cultura acadêmica que o divulga.

Na medida em que alguns europeus começam a questionar pressupostos que lhe pareciam mais ou menos estáveis em seus antepassados mais próximos, em especial a primazia do sagrado no cotidiano, a centralidade das questões dos eruditos na ordem da divindade, as relações sociais baseadas em agrupamentos sociais de pouca mobilidade, eles começam a construir uma nova imagem de si. Este é o processo que inicia o que tradicionalmente chamamos de Modernidade e que, na Europa, cresce, em especial, no período do século XV ao XVII, como um movimento antimedievalista *per se*.

A modernidade rompe com o período anterior nos campos da economia, política, cultura, mentalidade, estilo de vida, conscientemente contra as práticas dos economistas, políticos e intelectuais do *Medievo*. Período de reorganização dos saberes e dos poderes sobre novas formas diante de uma pluralidade semântica e de modos de viver e agir no mundo, a modernidade se constrói ao longo de séculos em torno do

indivíduo. (CAMBI, 1999, P. 38-39). É nesse cabedal semântico que construímos a ideia de Idade Média e, simultaneamente, demos início ao antimodievalismo.

Colocar como antimodieval toda a produção da Modernidade seria obscurecer justamente o caráter de negação do outro que práticas especificamente antimedievais possuem. Queremos caracterizar o antimodievalismo apenas quando da utilização explícita dos termos “Idade Média” ou “medieval”. Isso porque entendemos que inúmeras formas de construção de discursos “anti” poderiam aparecer associados a um antimodievalismo, como um anticlericalismo, anticristianismo, antidogmatismo, antimonarquismo, antirracionalismo, antitimismo, antipapalismo ou antirrealismo, dependendo do modo como estes discursos se construíram.

Como um movimento europeu, o antimodievalismo só se expande por outras terras a partir da expansão colonizadora europeia. Se considerarmos a história das terras brasileiras nesse período, portanto tradicionalmente já da Modernidade, teremos dificuldade em caracterizar o fenômeno antimodievalista no período colonial. A ação jesuítica de conversão dos índios não se caracteriza por uma oposição a um passado medieval. Talvez nem seja possível dizer que a ação jesuítica, como um todo, contenha algum traço dessa oposição. Se suas práticas, por um lado, guardavam características do movimento moderno de contrarreforma, por outro lado, este movimento não se definiu em oposição ao passado, mas em reforma do presente.

Como estamos em busca de um fenômeno de negação explícita da Idade Média, devemos buscar, na história brasileira, sua ocorrência em atividades intelectuais que tenham por base a importação de discursos europeus iluministas. É por isso que concentramos nosso olhar em práticas posteriores à expulsão dos jesuítas. É somente a partir do período imperial, e, como veremos, mais próximo da expansão das ideias republicanas, que encontraremos as principais expressões do antimodievalismo no Brasil.

Mas uma ressalva é importante: se, num primeiro momento, no ambiente intelectual europeu, o antimodievalismo configurou-se num movimento de crítica aos antepassados, no Brasil essa crítica específica não faz sentido. Por isso, as ocorrências do antimodievalismo

no Brasil ganham outro caráter. No antimodievalismo que aqui se instala, e que assim também se insere em um espectro mais global, há algo de “errado” na Idade Média e esse “erro” pode ser utilizado como argumento para se defender as mais diversas posições. A crítica ao medieval deixa de ser uma crítica aos antepassados e se torna um discurso utilizado para os fins mais diversos de crítica ao outro. Julga-se a ação do outro como “medieval”, como modo a negar a validade, legalidade, a humanidade e a contemporaneidade daquela ação. O medieval torna-se o tempo do erro, das trevas, da barbárie, do misticismo, da irracionalidade.

Mas não foi bem assim. O período que chamamos de Idade Média vai da conquista da Gália, por Clóvis (século V) ao fim da Guerra dos Cem Anos (século XIV), se tomarmos a França como parâmetro principal ou da queda do Império Romano do Ocidente (476) ao saque de Constantinopla (1453), se tomarmos o Império Romano como parâmetro. No entanto, ele é apenas uma abstração. Não existe Idade Média. Nos termos de Amalvi (2006, p. 537), em relação à França, ela é:

uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração, em particular pelos professores do primário, os “hussardos negros” da República, para dar à comunidade nacional uma forte identidade cultural, social e política.

Essa construção possui como representações habituais no senso comum os reis e os castelos, a cavalaria, as festas e suas roupas, as igrejas e sua arquitetura, perseguição às bruxas (mais especificamente a de Joana D’Arc), trabalho dos servos. São menos presentes ao grande público as mudanças causadas pelo mercantilismo, os embates políticos e religiosos da Alta Idade Média, as instituições educativas, as tradições e debates teológicos e filosóficos, a produção cultural que ultrapassa uma caricatura transmitida pelo cinema.

Não somente essa intensa produção cultural desses cerca de mil anos é pouco conhecida entre nós,

especialmente no Brasil, como a intensa presença de características medievais em nossa cultura contemporânea. Lauand (2007), por exemplo, propõe compreendermos expressões de indeterminação em nossa língua portuguesa a partir do gênero neutro do latim medieval e do pensamento de Tomás de Aquino.

As heranças medievais para nosso século são inúmeras. Franco Júnior (2006, p. 157 e seguintes) traz uma longa lista do patrimônio linguístico, político, de valores sociais, intelectual, científico, psicológico, imaginário, mítico-utópico que o ocidente deve ao período medieval. Não é à toa que ele usa a expressão “Nascimento do Ocidente” para o período. O autor vai mais além ao afirmar que voltar aos estudos da Idade Média serve de uma reaproximação de nossas raízes, em uma época na qual havia um sentido para a vida, o que nos fortalece diante de uma vida vazia da sociedade contemporânea. (p. 171)

No que diz respeito à herança medieval no Brasil, o autor (p. 168-170) lembra que o nome de nosso país vem da ideia mítica de uma “ilha afortunada” (*O’Brazil*), ideia igualmente presente em Chauí (2000). A língua portuguesa também é de origem medieval. O sistema de capitânias, o mesmo usado pelas comunas italianas medievais em suas colônias, deixou raízes na configuração da grande força dos poderes locais em nosso país, juntando a isso, a família patriarcal e um direito no qual a coisa pública pertence aos mais fortes e poderosos. A valorização das aventuras (originária de cavaleiros, cruzados, mercadores medievais) em oposição ao trabalho cotidiano e rotineiro, bem como a característica agrária da economia, assemelha-se à Europa da alta idade média. Ariano Suassuna, o músico Elomar bebem, conforme o autor, de fontes medievais. De nossos feriados oficiais, onze são de origem medieval, bem como festas como Carnaval, Bumba meu boi e a Procissão do Círio. Também nossa religiosidade, a constituição do cristianismo no Brasil e a sensibilidade coletiva brasileira possuem fortes traços medievais.

Nos últimos anos, a produção historiográfica disponível sobre a Idade Média, inclusive no Brasil, já permite uma releitura desse período e dessa categoria histórica. Infelizmente, boa parte circula apenas entre especialistas, o que faz com que o antimedievalismo

mantenha-se presente em nossa cultura. Não seria diferente, visto que este movimento é forte na Europa até cerca de dois séculos atrás.

Considerando as construções dos humanistas italianos do século XV (ou até mesmo XIV se lembrarmos de Petrarca) até as dos iluministas do século XVIII, podemos afirmar que o antimedievalismo se constrói no próprio desenvolvimento do conceito de Idade Média na Europa. Os renascentistas desenvolveram seu antimedievalismo a partir da ideia de interrupção no progresso humano, o século XVII considerou esse período como tempo de barbárie, ignorância e superstição e o século XVIII criticava a forte religiosidade medieval, o pouco racionalismo e o exagerado poder político da Igreja (Franco Júnior, 2006, p. 12). O antimedievalismo se transmuta em veneração pelo medieval no Romantismo do século XIX. “O século XVIII detesta a Idade Média que o Romantismo venera”, lembra Amalvi (2006, p. 539).

Amalvi traz ainda a força da presença do medieval no cinema Hollywoodiano da primeira metade do século XX, com características como “o cenário colossal, a abundância de figurantes, a beleza e o luxo das vestes e, sobretudo, a absoluta indiferença em relação à ‘concordância dos tempos!’”. Esclarece o autor a respeito deste último item: “Quando Hollywood se apropria da herança cultural europeia, ignora soberbamente a verossimilhança histórica e não hesita em jogar abertamente com o anacronismo.” (p. 544).

Entendemos que, ao mesmo tempo em que essa prática denota uma veneração pelo medieval, ela traz uma das mais importantes características do antimedievalismo: a repetição das mesmas representações mantendo a ignorância em relação ao período. Essas produções constroem uma imagem fixa de Idade Média, fazendo com que se cristalizem imagens que abrem espaço para a manutenção das outras mais pejorativas.

Só mais recentemente é que as produções culturais, de acordo com o autor, buscam apresentar uma ampla erudição em relação ao período: “hoje, o autor, para evitar o pecado mortal do anacronismo, tornou-se especialista, e a aparência dos heróis e dos figurantes das obras de ficção, sejam romanescas ou cinematográ-

ficas, são a réplica exata daquela das personagens das miniaturas medievais.” (p. 547)

É o que encontramos mesmo no Brasil, quando vemos na imprensa dos dias de hoje, por exemplo, o uso do termo medieval de modo menos pejorativo e mais especializado. No entanto, o antimedievalismo continua presente e deve continuar por ainda algum tempo em função de um privilegiado espaço de sua transmissão: a escola.

Não estamos tratando a instituição escolar como espaço homogêneo de transmissão do conhecimento. Consideramos aqui a multiplicidade de nuances que o processo de aprendizado possui, com suas condicionantes curriculares, sociais, políticas e ideológicas, mas optamos por não nos aprofundarmos nesta questão aqui. O que recortamos para este espaço é que observamos a construção de um discurso antimedievalista no espaço escolar na medida em que o ensino de história ajude a construir e a manter a noção de Idade Média como fase de transição, de existência real com limites cronológicos definidos, cujo ensino deve ser rapidamente feito para chegar logo ao período histórico realmente relevante: a Modernidade.

Encontramos, em pesquisas sobre o ensino de história, exemplos significativos do modo como a Idade Média é tratada nas escolas brasileiras. Langer (2002) aponta para a visão deturpada que os povos escandinavos da Alta Idade Média recebem em livros didáticos. Os Vikings são tratados como guerreiros com chifres nos chapéus, cruéis, torturadores de suas vítimas, que bebem cerveja e hidromel nos crânios de suas vítimas. O autor propõe que esse estereótipo circula na cultura por meio de canais como o cinema, a TV, a literatura e os quadrinhos (lembremo-nos, por exemplo, de Asterix e de Hagar, o horrível). Ao analisar livros didáticos de história, Langer mostra exemplos desse estereótipo retratando ilustrações desses livros, bem como erros de datação e confusão entre culturas dos povos bárbaros (usando nomes Vikings para referir-se a divindades germânicas).

Ribeiro e Oliveira (2009) trazem exemplos de como a Igreja é retratada erroneamente em livros didáticos. Um dos principais estereótipos desta instituição, a de “grande senhora feudal”, vem associado a um erro

histórico difundido em alguns desses manuais: a associação direta entre Idade Média e feudalismo, como se ambos coexistissem cronologicamente. Sendo um modelo social que vigorou entre os séculos IX e XIII, o feudalismo não pode ser tomado como base de funcionamento da sociedade entre os séculos V e XV. Igualmente, a Igreja, instituição milenar, que inclusive ultrapassa o período medieval, não detinha enormes feudos em todos os momentos da história. Um dos erros apontados pelas autoras é considerar a Igreja detentora de grandes feudos logo no século V, quando não havia esse sistema econômico e social.

Decorrente dessa leitura encontra-se a ideia de que a Igreja só teve uma trajetória relevante durante o feudalismo, fazendo com que sua atuação na Alta Idade Média apareça como de uma “opressora e tirana”, deixando de lado sua contribuição na organização social e na transmissão do conhecimento. Sem dúvida, além de uma leitura do passado com os olhos do presente, um sentimento de anticlericalismo pode estar associado a essa imagem unilateral e homogeneizante da Igreja.

A visão dos Vikings e da Igreja presentes em alguns livros didáticos ajuda a preservar o sentimento de antimedievalismo, na medida em que homogenizam em estereótipos um período de cerca de mil anos, estereótipos estes sempre carregados de conceitos negativos como barbárie e tirania.

É por isso que Pereira (2009, p. 123), ao analisar as presenças da Idade Média na cultura escolar e os conflitos entre o aprendido pelos professores de história em sua formação inicial e o presente na memória coletiva, aponta a insistência de um ensino eurocêntrico e iluminista do conteúdo referente ao período medieval. Para o autor, “a história medieval é um objeto de estudo pouco solene nas salas de aula, exceto quando encanta, por vezes, por aquilo que nunca foi, senão na imaginação dos homens do presente.”

Em sua reflexão sobre o que a cultura escolar transmite sobre a Idade Média, Pereira destaca três problemas. O primeiro, já apontado acima a partir do estudo de Ribeiro e Oliveira, é a associação entre Medievalismo e Feudalismo, bem como, por decorrência dessa generalização, que só houve história entre os séculos V e XV na Europa. O que acontecia no resto

do mundo não é considerado. O segundo problema é a caracterização da sociedade medieval como única e idêntica em toda a Europa e em todo o período, dividida em três ordens (os que trabalham, os que lutam e os que rezam), que nunca se modificou mesmo diante das inúmeras mudanças culturais, políticas e econômicas. E, por fim, com relação à cultura, tudo o que o Medievo produziu foram a arquitetura (românica e gótica), o trabalho dos monges copistas e a presença da Igreja na produção cultural, o que faz parecer que toda a cultura seja pouco criativa (afinal, é apenas cópia) e totalmente dependente da Igreja. É para refletir sobre a construção histórica destes estereótipos e o modo como eles se ampliam para outras histórias que Pereira (2012) propõe olhar para o ensino de história a partir de um “dispositivo de medievalidade”, para o qual remetemos o leitor ao texto desse autor.

O antimedievalismo não é um movimento organizado que se constitui em função da segregação de grupos. Ele se constitui como uma oposição difusa a uma ideia. Torna-se uma tradição, um uso do senso comum em uma sociedade letrada, que aprende, pela escola, que a Idade Média foi um período de trevas. É antimedieval a assunção, por exemplo, que tortura é uma prática medieval, em geral pela associação com as práticas de tortura da Inquisição. Mas, não nos esqueçamos, parte importante da história da violenta Inquisição, por exemplo, a espanhola, ocorreu no século XVI. Igualmente, a tortura já foi utilizada por inúmeros outros povos. Mas a aproximação destas duas palavras, faz parecer que a pior tortura já realizada tenha sido a medieval.

As visões sobre Idade Média por vezes vêm acompanhadas de certo culto ao passado, como as constantes remissões a famosas histórias e lendas medievais, como os cavaleiros da tábua redonda, a Divina Comédia, o romance de Abelardo e Heloísa, a história de Joana D'Arc. Não foram raros os registros da imprensa brasileira, por exemplo, de festas que utilizaram alguma remissão à Idade Média, especialmente roupas e castelos. No entanto, esse caráter pitoresco esconde justamente uma visão de Idade Média como passado ultrapassado, distante e superado. E na superação das supostas características medievais ainda presentes na

sociedade está o principal foco do antimedievalismo.

Adicionalmente, para observarmos expressões do discurso antimedieval em tempos anteriores no Brasil, fizemos um levantamento em jornais impressos. Um mapeamento sistemático das ocorrências de termos como “medieval” e “Idade Média” na imprensa brasileira, estatisticamente tratado, é um trabalho grande demais para ser feito por uma única pessoa. Com o apoio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontramos algumas impressões iniciais que podem servir de norte para pesquisas posteriores.

Como uma análise quantitativa, seja em valores absolutos, seja em valores relativos, exigiria outra densidade de análise, podemos apontar, apenas, que encontramos pouquíssimas referências a esses termos nos periódicos anteriores a 1880. A maior parte das referências utiliza esses termos, especialmente o adjetivo medieval, em ligação com apresentações teatrais, obras arquitetônicas ou cidades europeias.

Mas se não conseguimos mapear estatisticamente a significância do crescimento do número absoluto de citações desses termos, é possível observarmos, qualitativamente, uma presença de usos que denotam um antimedievalismo. Eles se tornam mais frequentes no período republicano, especialmente na primeira metade do século XX. Por que esses usos parecem se tornar mais intensos na República deixamos apenas no nível da conjectura, considerando o crescimento do número de escolas no Brasil, bem como do número de impressos e da maior circulação de pessoas e ideias entre nosso país e a Europa. Não podemos nos esquecer, também, da influência do cinema Hollywoodiano apontada por Amalvi.

A título de exemplificação, separamos cinco exemplos em dois momentos distintos: segunda metade do século XIX e meados do século XX. Os dois primeiros representam os poucos exemplos encontrados nos jornais do período imperial do uso da expressão medieval de forma pejorativa. Os três últimos ilustram os exemplos encontrados em maior quantidade nos jornais ao longo do período republicano.

O jornal *O Cearense*, na primeira página da edição de 31/03/1874, publica um artigo no qual seu autor defende ideias liberais. Escreve o autor:

Há uma escola política, que desconhece a lei progressiva das idéias e faz parada do immobilismo, pretendendo solver todas as questões sociais por meio da lógica medieval do *magister*. Para ella o futuro é a continuação do presente, senão a volta para o passado. O seu ideal de felicidade, a sua idade de ouro lhe fica á quem da jornada (O Cearense, 31/03/1874).

Neste uso, a autoridade atribuída ao *magister* na Idade Média é tomada como equivocada e ultrapassada. As ideias liberais surgem em oposição às ultrapassadas (medievais) ideias conservadoras da monarquia. Em outro exemplo de doze anos depois, encontramos a associação entre Idade Média e violência. O jornal Diário de Notícias (RJ), de 28/09/1886, possui matéria intitulada “Entaipado vivo”, com subtítulo “Um crime misterioso” e mais um subsubtítulo “Horror medieval em pleno século XIX”. Diz o texto:

Têm sido muito frequentes em Pariz nos ultimos tempos, os crimes mysteriosos, alguns d’elles horriveis pelas circumstancias que os acompanham. Comentando esses factos, especialmente num dos ultimos – o d’uma mulher cujo cadaver os pedaços appareceram em diversos pontos de Pariz – um jornal conta o seguinte caso, que mais parece uma phantasia inspirada pela recordação das crueldades da Inquisição, do que a narrativa d’um crime possivel aos nossos tempos. (*Diário de Notícias*, 28/9/1886)

Aqui, o emparelamento de um sujeito é associado às “crueldades da Inquisição”, que, durante o período medieval espalhava o horror. Um horror que não deveria se repetir, visto que no século XIX já não vivemos mais a violência da Idade Média. O antimedievalismo em ambos os casos aparece com a ideia de superação de um período “errado” da história humana. Usos semelhantes continuam a aparecer ao longo do século XX. Vejamos dois exemplos que encontramos nos anos de 1940.

Na seção variedades, o jornal *Gazeta de Notícias* (RJ), em 25/2/1940, publica uma resenha de um filme

intitulado “Allucinação”, na qual o jornalista Renato de Alencar destaca seu “character instructivo”, visto que as pessoas que o assistirem poderão “beber interessantes ensinamentos da nova sciencia psychologica tão difundida por Freud”, opondo-as à tese então quase abandonada de Lombroso sobre o “criminoso nato”. É então que o resenhista afirma:

Desde muito que os criminologistas vêem sustentando a necessidade de estudar-se o criminoso antes de julgar-se o crime. A era grosseira e medieval de classificar-se e punir-se o delinquente pelo delicto, e não o crime pelo criminoso, felizmente já se vai sumindo no passado (*Gazeta de Notícias*, 25/2/1940).

O mesmo jornal, na edição de 23/5/1940, na seção Marinheiras, possui um artigo de autoria de Paulino Jacques comentando a aplicação das leis. Afirma o autor:

Administrar justiça não é, unicamente, applicar as leis aos casos occorrentes, mas, sobretudo, harmonizar interesses em choque, prover necessidades, mantendo o equilibrio juridico na ordem social. A autoridade judiciaria, em vez de um frio applicador do preceito legal, sem alma e coração, como um carrasco medieval, deve transformar-se num verdadeiro patricarcha, num bom pae de familia nacional, que age segundo as regras juridicas (*Gazeta de Notícias*, 23/5/1940).

A Idade Média torna-se sinônimo de violência, de ignorância. E essa categoria pode ser usada, também, como referente a um período de poder exacerbado, talvez pela associação com a Igreja ou com o senhor feudal, ambos historicamente imprecisos como já apontamos antes. É o que aparece em artigo do mesmo jornal, dez anos mais tarde, intitulado “Puro Facismo”:

Baixou o prefeito um decreto em que determina nada mais nada menos, entre outras coisas, que todos os servidores

municipais, sem qualquer distinção, façam declaração dos bens que possuem no setor de cadastro. Até aí a coisa vai. Mas o homem desbanda-se, fica absolutista como um soberano medieval. Obriga que todos os servidores municipais declarem o que ganham na P. D. F., direito que lhe cabe, mas TAMBÉM TUDO MAIS QUE GANHAM OU QUE FAZEM NA VIDA PARTICULAR! (*Gazeta de Notícias*, 29/10/1950, grifo em maiúsculas no original).

Essas ideias continuam presentes até hoje. Mas com o aumento da quantidade e da circulação de pesquisas a respeito do período, essas expressões aparecem, por vezes, com um pouco mais de “tensão”. É o que observamos em um texto do *Jornal do Brasil*, publicado em 7/3/2000, à página 8, na seção opinião. O comentário intitulado “Contravapor” trata da contemplação que a mídia faz de práticas criminosas, criticando o modo como alguns criminosos são tratados com reverência e outros com horror. Comentando notícias referentes a um famoso criminoso de então, diz o trecho:

Em menos de uma semana o Brasil sentiu na carne de novo a gravidade do problema do tráfico. Primeiro foi na passagem da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, por Curitiba. Logo a seguir vieram as revelações da tortura e mutilação telefônica comandadas pelo traficante *Fernandinho Beira-Mar*, um horror a que os apressados logo aplicariam o termo “medieval”, mas que vai muito além de qualquer crueldade praticada na Idade Média (*Jornal do Brasil*, 7/3/2000, grifo no original).

De algum modo, o editorialista parece perceber que o uso do termo medieval precise de uma melhor contextualização histórica para ser usado. Logo, porém, cai no antimiedievalismo ao buscar na Idade Média o parâmetro da crueldade. Torna-se eficiente usar essa palavra. É uma associação rápida para o leitor.

Este tipo de associação rápida encontramos, também, em outras expressões discursivas. Circulando

nos dias de hoje, não apenas na mídia impressa, como também no repertório musical, encontramos exemplos de antimiedievalismo. De certo modo, um antimiedievalismo carregado de tons menos pejorativos que os encontrados nos exemplos anteriores e, até mesmo, associados a um tom pitoresco. Uma música de Cazuzza é um excelente exemplo. De título “Medieval”, ela trata de um amor muito forte entre duas pessoas. Mas esse amor perde em racionalidade, outra atitude antimiedieval, pois considera a Idade Média como um período de irracionalidade e a Modernidade como um período de racionalidade. Medieval também é oposto a “atual” a “moderno”. Um sujeito medieval acredita em tudo (Eu acredito nas besteiras/Que eu leio no jornal/Eu acredito no meu lado/Português, sentimental/Eu acredito em paixão e moínhos lindos), deixa-se levar pelos sentimentos. Há uma inocência, talvez uma ignorância, pois ele acredita “Na mídia da novidade média”. Não deixam de estar presentes os castelos e mesmo o inferno.

Três outras composições musicais possuem “Idade Média” no título. Duas delas, mais explicitamente, fazem a relação entre o período medieval com a meia idade da vida humana. A composição de Toquinho traz mais fortemente o caráter da meia idade em toda a letra, que apresenta um tom saudosista do passado sempre lembrado: “A idade média começando, vai se salvando quem puder./Vai se levando, a bola tocando e amando o mais que se der./Salve a vida, salvo enganos, no futuro, logo mais,/Sempre teremos os mesmos vinte anos de vinte anos atrás.” Por mais que não haja menção explícita a qualquer termo que remeta ao medieval, o efeito poético da canção está justamente na associação que o ouvinte fará entre Idade Média e um passado muito longínquo, perdido.

A composição da banda Legião Urbana também trata do envelhecimento (“Sei que já não sou tão jovem/E não tenho a mesma idade que você”), fazendo essa associação de que a Idade Média é algo antigo. Para fortalecer o impacto da associação, dois termos de rápida remissão ao período aparecem: guerra e espada, como quando afirmam “Mas também sou capaz de vencer/Essa guerra contra o mundo inteiro/E contra a mim mesmo”, e “As espadas se erguem em fúria/E o

sangue corre por seus ombros”. Pode-se encontrar, também, as características de um pensamento antimedieval na remissão à escuridão, às sombras: “Pois a sombra da maldade é tão negra”. Os compositores, ao fazerem essa associação, estão carregados desse antimedievalismo que trata o período como de trevas, guerras, irracionalidade e crença cega.

Já a composição do grupo 14 bis faz uma relação entre a Idade Média e a Alquimia, como mote para poetizar sobre a necessária transformação do planeta, com remissões a expressões alquímicas (como “transmutação”, “fogo”, “ouro”). Aqui o antimedievalismo aparece de duas formas: a primeira, a associação entre o medieval e o místico, ainda na esteira da irracionalidade medieval. A segunda, no erro cronológico de associar a alquimia exclusivamente à Idade Média, lembrando que sua presença mais marcante ocorre entre o final do período medieval e o início da Modernidade, atingindo até mesmo o século XVII.

Outras composições musicais contemporâneas (ver, por exemplo, “Outros Românticos”, de Caetano Veloso e “Tropicália Jacta Est”, de Tom Zé) apresentam associações desses tipos aqui apresentados, mas estes são exemplos suficientes de como esse antimedievalismo circula na cultura musical.

Esperamos aqui ter caracterizado modos de inserção cultural e circulação de discursos antimedievalistas no Brasil. Este fenômeno europeu veio para o Brasil em função da colonização e da crescente globalização das ideias europeias ao longo dos últimos séculos. Fenômeno construído entre os séculos XV e XVII em meios intelectuais, ele aparece nas terras brasileiras como a difusão de uma interpretação histórica eurocêntrica e iluminista que circula por meio da transmissão da cultura escolar e de diversas mídias. Aparece, inclusive, em letras de música escritas por brasileiros.

Dada a grande circulação e disponibilidade de imagens referentes à Idade Média, além de considerar que elas não acrescentariam novos aspectos às características principais da visão antimedievalista que aqui apresentamos, optamos por não explorar a iconografia do fenômeno. Deixamos isso ao leitor, que poderá explorá-las em diálogo com a bibliografia que apresentamos ao final deste verbete.

FONTES IMPRESSAS

Observação: Todos os jornais podem ser consultados por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. Edição de 28/9/1886.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. Edições de 25/2/1940; 23/5/1940; 29/10/1950.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Edição de 7/3/2000.

O CEARENSE. Ceará. Edição de 31/03/1874.

MÚSICAS

14 BIS. Nova Idade Média. (Música)

CAZUZA. Medieval. (Música)

LEGIÃO URBANA. Idade Média. (Música)

TOQUINHO. Idade Média. (Música)

BIBLIOGRAFIA

AMALVI. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Coordenação da Tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Europa: uma revisão histórica*. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DUBY, Georges. *Europa na idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DUBY, Georges. *Tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420*. Lisboa: Editora Estampa, 1979.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

HUIZINGA, Johan. *O outono da idade média*. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

LANGER, Johnni. Os Vikings e o estereótipo dos bárbaros no ensino de História. *História & Ensino* (UEL), v. 08, 2002.

LAUAND, Jean . Pensamento confundente e neutro em Tomás de Aquino. *Notandum* (USP), v. 10, p. 15-32, 2007.

LAUAND, Jean (Org.). *Cultura e educação na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Coordenação da Tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006.

PEREIRA, Nilton Mullet. Imagens da Idade Média na Cultura Escolar. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online), v. 02, p. 117-127, 2009.

PEREIRA, Nilton M. . Ensino de História, medievallismo e etnocentrismo. *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 3, p. 223-238, 2012.

RIBEIRO, Elizabete Custódio da Silva; OLIVEIRA,

Terezinha. História da educação na Alta Idade Média: a igreja retratada nos livros didáticos. *Roteiro*, Joaçaba, v. 34, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na idade média*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na idade média*. Tradução de Carlota Botto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

O AUTOR

Thiago Borges de Aguiar possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (2003) e Doutorado em Educação na área de História da Educação e Historiografia (2010). Realizou pós-doutorado na USP (2012). É professor da Universidade Metodista de Piracicaba. É líder do Grupo de Estudos História da Educação e Religião (GEHER-FEUSP) e do Grupo de Pesquisa Histórias de Vida, Narrativas e Subjetividades (HiNaS-UNIMEP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Protestantismo (GPEP-UNIMEP). E-mail: tbaguiar@unimep.br

